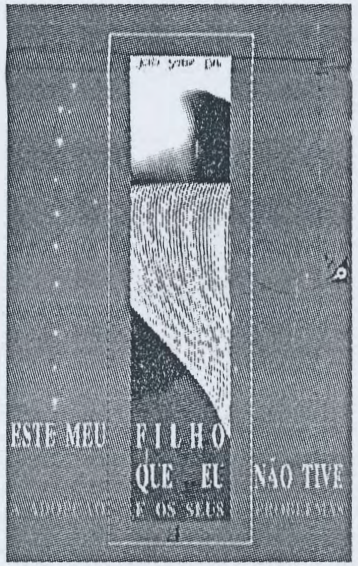
>> Adopções onde os técnicos estudaram o seu caso e fizeram avançar o processo.

É no cruzamento destas duas situações que mais frequentemente acontece a adopção em Portugal. Entre elas situam-se os técnicos dos Serviços de Adopções. Um deles, João Seabra Diniz, reuniu em livro as suas reflexões — fortemente influenciadas pela sua formação psicanalítica e por mais de uma década de trabalho nesta área — e não deixa de revelar, criticar e oferecer pistas de superação ao tipo de intervenção dos técnicos. Juízes, assistentes sociais, psicólogos e outros técnicos que muitas vezes dão contributos decisivos para o avanço ou retrocesso dos processos de adopção enfermam, sustenta o autor, de relações menos transparentes com a sua própria infância e são vítimas do preconceito social enunciável pelo senso comum de que "não há melhor mãe do que a mãe natural". Limitações que trabalham no sentido de reduzir o número de adopções concretizadas e aumentar a perplexidade dos adoptantes: "Se há tantas crianças abandonadas porque demora tanto tempo e é tão difícil concluir uma adopção?"

Seabra Diniz não é um adepto incondicional da adopção. Ao longo do seu livro recorda a importância do trabalho dos técnicos na correcta avaliação de cada caso e não é pouco exigente em termos da análise das motivações dos pais interessados em adoptar uma criança. Mas coloca-se de forma inequívoca na posição de quem encara estas questões a partir dos direitos da criança em nome dos quais limita os direitos dos pais naturais e interpreta com rigor os seus deveres. Por isso escreve contra o mito da "voz do sangue" — a mãe natural não é necessariamente mais capaz do desempenho da função de "boa capacidade materna" do que a mão adoptiva que construiu o desejo de ser mãe de modo equilibrado e profundo.




Título: **Este meu filho que eu não tive**
Autor: João Seabra Diniz
Editor: Afrontamento
127 pgs., Preço: 1400$00

Mas "Este Meu Filho que Eu Não Tive — A Adopção e os Seus Problemas" não é um livro para técnicos. É um livro sobre a infância, o "romance familiar", a educação, o sonho e

manha, França e Irlanda. O que está em jogo para Porter é um conflito de interpretações (a nível de instituições nacionais e comunitárias), entre o direito de cada indivíduo à informação e o direito das empresas privadas a explorar esse mercado. A ênfase no pluralismo, que teria como consequência satisfazer o primeiro direito, redunda, em geral, na defesa do segundo. A discussão das estratégias seguidas pelas televisões públicas face a este novo quadro, e das dificuldades devidas à proliferação de emissoras além da capacidade do mercado (nomeadamente no caso de França), pode oferecer subsídios para a apreciação do caso português.

As políticas para a televisão no âmbito das relações comerciais entre a CE e os Estados Unidos são objecto da análise de Tobby Miller, da Universidade de Murdoch (Austrália). Miller concentra-se nos debates acerca da proposta norte-americana de inclusão das actividades ligadas ao sector de serviços no GATT (um dos pontos que contribuiu para o arrastar das negociações da Uruguay Round). Obviamente, tal proposta visa reforçar a penetração dos produtos da "indústria cultural" norte-americana no exterior, na medida em que o GATT tem como princípio a liberalização do comércio internacional.

Miller observa que as reacções à proposta dos Estados Unidos constituem, de certa forma, uma reanimação da tese do "imperialismo cultural". Ora, se é evidente que as estratégias norte-americanas não são movidas por intenções angélicas, também é verdade que a crítica ao "imperialismo cultural" pode significar pura e simples demagogia. Miller mostra como a ideia de uma resposta "europeia" à invasão norte-americana pode redundar na estandardização dos produtos e na fabricação de uma identidade "comunitária" que reprime manifestações mais particularizadas. O ex-ministro francês da Cultura, Jack Lang, é o seu alvo favorito.

Uma iniciativa europeia, num contexto distinto, é abordada por Stig Hjarvard, da Universidade de Copenhaga. Trata-se da possibilidade de constituição de uma esfera pública por meio da televisão. Hjarvard discute os diversos projectos de televisão europeia, até a recentemente inaugurada Euronews — mas considera que a televisão transnacional ainda está em seus primeiros passos (e certamente a Euronews não será seu modelo). O ponto mais interessante do artigo é a hipótese de que uma rede transnacional poderá contribuir para superar a falta de participação nas decisões de muitos organismos da CE.

O autor critica a noção de "esfera pública" proposta por Habermas, que considera elitista, por ver nas democracias contemporâneas um declínio da participação política dos cidadãos, reduzidos ao papel de observadores passivos, dos quais se esperam apenas decisões aclamatórias. Para Hjarvard, o erro de Habermas é avaliar as democracias contemporâneas tendo como padrão o restrito clube dos proprietários/cidadãos de há 200 anos, que permitiria, involuntaria-

tar a esperança dos dois primeiros trabalhos (temperada pelas desilusões quanto a uma acção no interior do próprio sistema) e a cautela do artigo mais recente, que não se atreve a fazer qualquer previsão quanto às possibilidades de uma TV independente.

Um artigo que merece atenção é de Pavel Campeanu, da Universidade de Bucareste, que identifica os primeiros sinais da revolução romena de 1989 na revolta dos espectadores da TV estatal: o encerramento de um dos canais, e a quase total redução do outro a instrumento de propaganda levaram a que um número crescente de residências exibisse antenas que captavam a televisão búlgara, naturalmente não sujeita à censura do governo romeno. Campeanu crê que essa "revolta das antenas", que não recebeu resposta imediata, indicava não apenas a insatisfação dos cidadãos, mas a sua intenção de torná-la ostensiva.

A diversificação dos estudos oferece ao leitor uma visão bastante abrangente das alterações que tem sofrido a televisão europeia — no caso da CE, após as duas crises consecutivas, a do Estado-providência e a dos fugazes entusiasmos neoliberais. Um estudo semelhante, dedicado a Portugal, seria bem-vindo. ■

LUÍZ CARLOS BAPTISTA

## TEATRO

# ILUSÕES CÓMICAS NO ANO 2005

Duas peças em um acto e em um volume. A bem dizer, dois palimpsestos: textos sobre textos. "Ubardo" é um divertimento sobre uma pintura, "The Nightmare", de Fuseli. "A Minha Austrália" é literatura de antecipação, uma estória que se passa (no ano 2005) num camarim de teatro — durante uma representação da "Ilusão Cómica", genial comédia de Corneille, invenção pirandelliana escrita duzentos anos antes de Pirandello.

Confessadamente "nonsensical", o texto de Ubardo podia ser um guião de um bailado imóvel. E, até aparecerem cinco "performers" que provem "in anima vili" a teatralidade da peça, tudo leva a crer que esta fantasia sobre "o ar que circula, o ar que permeia, o ar que re-

tremamente belo sobre cada um de nós. Como avisa o autor, na abertura do I capítulo: "A adopção não é um daqueles temas de que se fale desapaixonadamente. Tem a ver com a infância, com o sentimento de pertença a uma família, com as mais antigas imagens de satisfação e insatisfação, de bons ou de maus pais, quer dizer, com a mais funda raiz daquilo que cada um de nós pode pensar do bem-estar, do amor e da felicidade. Quando se fala a sério da infância ninguém fica indiferente. Para bem ou para mal isso diz-nos respeito. Profundamente. Intensamente."

Uma escrita directa, simples, recorrendo à curta descrição de casos paradigmáticos, respondendo às questões concretas mais frequentemente colocadas por quem adopta uma criança e sempre atenta aos afectos de que trata, torna este livro próximo de quantos nunca pensaram mais de dois minutos na adopção. Porque, no fundo, não é tanto dela que o livro nos fala, mas antes da infância de cada um.

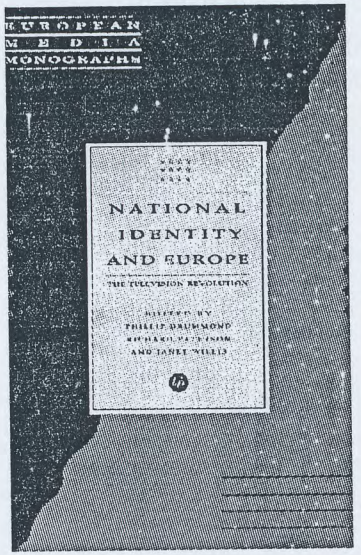
No prefácio, o juiz Armando Leandro escreve: "Ler este livro será, desde logo, uma experiência gratificante (...)". É-o. ■

JORGE WEMANS

# REFORÇO DAS IDENTIDADES

O British Film Institute (BFI), com sede em Londres, tem promovido e editado debates sobre a situação dos "media" na Europa contemporânea. A colecção "European Media Monographs" tem neste livro seu mais recente lançamento, que discute o papel da televisão na construção e reforço de identidades nacionais, supranacionais, regionais e "étnicas" nos dias que correm. Os artigos publicados foram expostos num colóquio realizado em Julho de 1991 na sede da BFI, a quarta Conferência Internacional sobre Estudos de Televisão.

Embora nenhum dos trabalhos aborde a situação específica de Portugal, o livro reveste-se de interesse principalmente pela discussão das políticas de regulamentação das TVs privadas. É esse o tema do artigo de Vincent Porter, da Universidade de Westminster, que estuda os casos da Alemanha, Holanda e Grã-Bretanha. Hjarvard, da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, procura, mente, vislumbrar a constituição de uma comunidade de diálogo livre de violência. Hjarvard considera que a "esfera pública clássica" tematizada pelo autor alemão é uma idealização e crê que os media, menos que instrumentos de manipulação, podem constituir um espaço para a representação de interesses em conflito, desde que seja garantido o pluralismo. Retornamos assim aos dois tipos de pluralismo, abordados no trabalho de Vincent Porter, e a questão permanece em aberto.




Título: **National Identity and Europe: The Television Revolution**
Editor: British Film Institute
140 pgs., 2 665$00

Os artigos acima referidos constituem como que o "núcleo duro" do livro e, não por acaso, estão dispostos em sua parte central. Outros trabalhos apresentados não deixam, no entanto, de ter interesse. Os três primeiros artigos tratam da relação entre determinadas comunidades e a televisão. Dois deles abordam a construção e reforço da "identidade nacional": no País de Gales, com uma série falada em inglês e que toma as devidas distâncias em relação aos personagens ingleses; e na Eslovénia, em que um programa de concursos serve para reforçar pretensos valores nacionais. Neste último caso, a autora, Breda Luthar (Universidade da Ljubljana) mostra como o discurso nacionalista passa também por um obscurecimento dos conflitos internos ao país. Outro trabalho investiga o modo como adolescentes indianos (da "etnia" sikh), filhos de imigrantes em Londres, se apropriam de uma série "jovem", dessas que pululam nas nossas emissoras.

A parte final do livro é dedicada às transformações por que tem passado a TV nos países do Leste. Dois artigos, escritos antes do golpe falhado de Agosto de 1991 e uma actualização, feita para a edição do livro, tratam da televisão na URSS e na CEI, em especial na Rússia — e é curioso contras-

Título: **Ubardo seguido de A Minha Austrália**
Autora: Luísa Costa Gomes
Editor: Publicações Dom Quixote
176 pgs., 1.950$00

tem, o ar que suspende (como reza a contracapa) fique melhor nas páginas do livro do que nos palcos. Inspirada num famoso quadro de tema fantástico, tem como personagens "Ubardo, um monstro aéreo", "Joana, uma rapariga silvestre", "Henrique, um ingénuo passeante", "Manuel e Manel, os Manos Trinos" e "uma criança que dorme".

Em "A Minha Austrália", a autora surpreende as conversas que entre si travam alguns actores e actrizes, enquanto esperam — ansiosos — a vez de entrar em palco. Seguem, ao mesmo tempo, num monitor-vídeo, a representação da "Ilusão Cómica". Sobre este pano de fundo, patético quanto baste, vão-se desenhado outros dramas: uma das actrizes recebe a notícia da morte da avó; um dos actores recebe uma convocatória para se apresentar à autoridade militar... Falta dizer que o teatro está cercado pelas Forças Armadas do Kaiser (porque toda a Europa, no ano 2005, será um império governado pelo Kaiser); que o director do teatro é um comissário político a soldo do partido único; e que, em Trás-os-Montes, as casas abandonadas estão ocupadas por "uma gente que anda a monte".

O conflito entre verosímil e inverosímil, vida e teatro, homens e mulheres, vida e arte, arte e política, real e utopia, serve de base estruturante a uma comédia sobre os pobres mortais que, minuto a minuto, engendram projectos condenados pela fúria do destino à demolição.

Não falta, na boca de uma actriz, um retrato irónico da situação do teatro no século XXI: "A encenação é mais a puxar ao discreto, convenhamos, mas é justa, é milimétrica, é de um rigor! E eles dormem, senhor, como eles dormem!"

A destreza com que Luísa Costa Gomes manipulava as cenas naturalistas e os discursos do quotidiano na sua anterior experiência dramatúrgica, "Nunca Nada de Ninguém", fica mais uma vez comprovada em algumas passagens das peças agora editadas. Um único senão: as traduções dos versos de Corneille — tão coxas, tão frouxas. Mas alguém saberia fazer melhor? ■

MANUEL JOÃO GOMES